

DESMISTIFICANDO A INCLUSÃO

Maria Lúcia Toledo Moraes Amiralian

RESUMO – Após reflexão sobre a inclusão, que não deve ser considerada como uma política exclusiva para com as pessoas com deficiência ou como uma questão restrita à área educacional, discutiu-se esse “novo paradigma educacional”, comparando-o com a política anterior da Educação Especial, a integração de alunos com deficiência. Essa discussão conduziu a uma análise da inclusão em um contexto social mais amplo. Considerando a “Cultura da Culpa” e a “Cultura da Vergonha”, propostas por Ruth Benedict e a “Cultura do Concern”, acrescida por Davi Bogomoletz, foi analisado o conceito de inclusão e apontados sua vertente histórica, seu momento atual e suas perspectivas para o futuro.

UNITERMOS: Educação Especial. Deficiência. Psicanálise.

INTRODUÇÃO

A inclusão tem sido um tema exaustivamente discutido e debatido. Considerando os atuais valores sociais, é um tema “politicamente correto” nas referências às condições atuais do sistema educacional.

Hoje, na área da educação, muito se tem falado sobre esse “novo paradigma educacional”. Todavia, a compreensão que se tem dele é ainda nebulosa e encontra-se envolta em postulações por vezes ambíguas. Há várias interpretações e posturas em relação à inclusão. Como bem dizem Fuchs e Fuchs¹, este termo tem assumido o significado desejado por quem o utiliza: para aqueles que se assustam com mudanças, tem significado manter o que já existe, e, para aqueles que desejam uma reorganização total do sistema educacional,

pode significar um rompimento com a situação vigente.

Por essa razão, considero a expressão “desmistificando a inclusão” bastante sugestiva, ela traz em seu bojo a necessidade de maior clareza dos sentidos que esse conceito expressa, assim como revela a aspiração de melhor compreensão do significado desse processo. Por outro lado, as pessoas envolvidas em trabalhos em que a inclusão tem sido colocada como meta a ser alcançada precisam entender melhor os procedimentos que essa proposta implica.

Nesse cenário, pode-se observar que muitas coisas têm sido feitas em nome da Inclusão. Mas o que realmente ela propõe e busca? O que se deve fazer para que a inclusão se torne um fato em nossa comunidade?

Maria Lúcia Toledo Moraes Amiralian - Doutora em Psicologia e Docente da Universidade de São Paulo. Coordenadora do LIDE- Laboratório Interunidades para o Estudo das Deficiências/IPUSP.

*Correspondência:
Rua Acanguéruçu, 341 – Butantã – São Paulo – SP
Brasil – 05579-021
E-mail: mltma@usp.br*

Algumas estratégias levam a questionamentos sobre a que verdadeiramente as pessoas envolvidas nesta proposta estão respondendo. Podemos nos perguntar:

- *Elas respondem a uma necessidade política?*

Será que algumas pessoas, considerando-se essa uma posição "politicamente correta", sentem a necessidade de inserirem-se nessa corrente apenas para compartilharem dos valores da maioria ou, por outro lado, dos benefícios e vantagens políticos e sociais que acompanham uma posição intensamente defendida por certos setores da sociedade em alguns momentos?

- *Elas respondem a necessidades pessoais inconscientes?*

Será que algumas pessoas por sentirem-se tão excluídas em suas interações sociais, por um sem número de razões particulares, entram nesse movimento como uma busca para a solução de seus problemas pessoais?

- Ou elas respondem, verdadeiramente, a uma crença pessoal de que todas as pessoas têm o direito a ser aquilo que nasceram para ser, como diz Winnicott² a respeito de Ilio, e a uma filosofia de vida que reconhece que a vida vale a pena de ser vivida e que é responsabilidade dos adultos sadios ajudar a todos os outros a alcançarem tal sentimento?³

A resposta a essas questões só poderá ser alcançada por intermédio de uma compreensão profunda deste processo.

Antes da exposição e discussão sobre este chamado "novo paradigma educacional", e sobre suas intercessões com as condições sociais, é importante uma reflexão específica sobre como este processo pode ser compreendido e a análise de alguns pontos que pela falta de clareza podem ser responsáveis por tornar esta condição ainda mais nebulosa.

1 - Inclusão é um processo que não se refere apenas às pessoas com deficiência

Um primeiro ponto a ser salientado é que o processo de inclusão, seja no sentido escolar ou

noutro qualquer, é um movimento que não se refere exclusivamente às pessoas com deficiência. É um movimento social amplo, que tem ocorrido em diferentes lugares e em vários segmentos da sociedade. São movimentos que retomaram a luta pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Em nosso país, por exemplo, temos visto de diferentes maneiras a retomada desse movimento; o dos Sem Terra, o dos Negros, o dos Homossexuais, o dos Índios, o da Mulher, etc... Isto é, movimentos de diferentes grupos que se sentem prejudicados e excluídos dos benefícios da sociedade relacionados aos preceitos básicos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Não é por mero acaso que temos hoje uma Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.

Do ponto de vista escolar, ele significa educação de qualidade para todos, embora tenha sido assumido na Declaração de Salamanca⁴, em 1994, como um ideal a ser perseguido para com as pessoas com deficiência. Em nosso sistema educacional, ele pretende abranger muitas outras crianças que, embora não apresentem déficits orgânicos, são, muitas vezes, excluídas do processo de aprendizagem.

2 - Inclusão não é um processo que se refere só à escola

Embora a inclusão costume ser vista como um "novo paradigma educacional", se constitui num processo maior, que abarca muitos outros setores de atividade humana. É um processo social amplo que, em relação às pessoas com deficiência, é encontrado em outros movimentos; aqueles que se referem à questão das barreiras arquitetônicas, às dificuldades de inserção no mercado de trabalho, às restritas oportunidades de lazer e esportes, enfim a todas as situações que implicam em uma real e verdadeira inclusão social. Assim, ao se falar de inclusão é importante estar atento aos diferentes níveis de abrangência social. Há o problema da inclusão na família, na escola, no trabalho, nos ambientes de lazer, enfim, em todos os ambientes que são

* Este tema foi desenvolvido a partir da participação em uma mesa redonda realizada na Colméia de São Paulo para os educadores em 2001.

compartilhados pelos seres humanos. Não obstante, ele tem gerado mais polêmica na escola, principalmente quando se refere à absorção de alunos com deficiências físicas e funcionais. Pode-se supor que isso se deva a três condições:

- A escola representa uma situação concreta, um ambiente social de vivência cotidiana entre os administradores, os professores, os funcionários e os alunos e sua família. A convivência, a troca e a vivência da aprendizagem com alunos e colegas com deficiência é uma experiência diária em que se manifestam as dificuldades do compartilhar com aqueles que, pelas mais variadas razões, são diferentes da maioria, e, de alguma forma, destoam dos modelos valorizados pela sociedade atual.
- A escola, como o ambiente que acolhe o início da vida em sociedade, dá a vertente de como determinada comunidade irá se organizar, se em direção a uma real aceitação de todos ou se na direção de uma discriminação dos indivíduos que a compõem. A escola poderá definir os que considera certos e os que não o são, ditando as regras de como cada um deve ser, ou poderá aceitar as diferenças individuais e as respeitar. É uma experiência cotidiana de vida em comum e, como um espelho multifacetado, registra os sentimentos e atitudes da sociedade para com as pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que reflete para todos os lados o que capta.
- A escola é a base para a inclusão social e constitui-se como o cerne da mudança de atitudes. Assim sendo, esse é o contexto ao qual se deve dirigir todos os esforços para se alcançar as mudanças almejadas nas atitudes para com as pessoas com deficiência. É um fato que a aceitação no mercado de trabalho exige competência, mas é um fato também que uma das funções da escola é tornar todos os seus alunos capazes de competir no mercado de trabalho, inclusive aqueles com deficiências físicas ou funcionais.

3 - A questão da terminologia – Inclusão/ Integração

Por fim, um terceiro ponto importante para ser assinalado, pela polêmica que tem levantado, é o uso dos termos Inclusão e/ou Integração.

Pode-se observar que esses termos têm sido usados, ora como sinônimos, como na Declaração de Salamanca⁴ e nos textos da Secretaria de Educação Especial do MEC, ora como termos opostos, representantes de diferentes paradigmas educacionais por alguns teóricos da educação e da inclusão.

Por não saber a maneira correta de utilizá-los, já que ambas as posições mostram um raciocínio lógico e coerente em suas razões, é de bom tamanho pedir ajuda ao sempre útil Aurélio⁵, com o propósito de se compreender melhor o significado preciso destas palavras. Assim, foi encontrado:

- *Inclusão* – Ato ou efeito de incluir. Relação entre dois termos, um dos quais faz parte ou da compreensão ou da extensão do outro.
- *Incluir* – Compreender, abranger, conter em si, envolver, implicar. Estar incluído ou compreendido, fazer parte, figurar entre outros, pertencer junto com outros.
- *Integração* – Ato ou efeito de integrar. (sociol.) Unificação social, processo que assegura a inteireza de um grupo social ou instituição.
- *Integrar* – Tornar inteiro, completar, inteirar, juntar-se tornando parte integrante, reunir-se, incorporar-se.

Ao analisar o significado semântico destas palavras, alguns pontos chamam a atenção:

- Para o termo inclusão é apontada sempre a idéia de compreensão, além dos fenômenos e atos de envolver e pertencer.
- Para a palavra integração é assinalado um conceito de processo que assegura a inteireza. Integrar é uma condição para se completar, para tornar inteiro.

Assim, o uso do termo inclusão na escola pode ser entendido como uma situação em que é imprescindível uma compreensão do aluno com deficiência, de modo que ele possa ser integrado, ou seja, passe a pertencer à escola e fazer parte

integrante dela. Condição que assegurará a inteireza da escola, a completará e a transformará, então, em uma escola Integrada/Inclusiva.

A partir dessas considerações, é possível entender a polêmica surgida sobre esses dois momentos da Educação Especial, ao se recordar o significado e o uso dado à palavra integração neste contexto. O processo de integração era percebido como o existente naquele momento, no qual o fundamental era a colocação dos alunos em classes especiais ou salas de recursos e exigido deles que se adaptassem às condições da escola, isso deixava muito a desejar. E, na realidade, não atingia o objetivo a que se propunha, ou seja, a integração dos alunos com deficiência. Poucas eram as escolas realmente integradas. Talvez porque faltasse a inclusão, ou seja, a compreensão sobre as condições dos alunos com deficiência, de tal forma que fosse possível a esses efetivamente sentirem-se como parte integrante da escola, assim como devem sentir todos os alunos, sem exceções.

Pode-se entender desta forma, também, a postura daqueles que consideram os dois termos como sinônimos, embora deles discorde, por considerá-los como termos complementares. Os alunos com deficiência precisam ser incluídos na escola, para esta tornar-se uma escola integrada.

Feitas essas considerações iniciais, faz-se necessário apresentar nosso entendimento sobre o processo de inclusão.

Em primeiro lugar, cabe salientar a consideração de que todo processo contém uma vertente histórica, uma possibilidade atual e uma perspectiva futura. Obviamente, a inclusão, enquanto processo, não foge à regra.

VERTENTE HISTÓRICA

A vertente histórica mostra as diferenças nas atitudes e concepções sobre as pessoas com deficiência, ajuda a compreender o momento atual que se vive e a projetar o que se deseja para o futuro.

Como um precioso auxílio para a análise desta vertente, nos reportamos à seqüência histórica apresentada por Davi Bogomoletz⁶ sobre as

chamadas Culturas da Vergonha e da Culpa, descritas por Ruth Benedict (1972 apud Bogomoletz)⁶, às quais ele acrescenta a Cultura do *Concern*.

Concern (preocupação) é o termo usado por Winnicott⁷ para explicar o estado de desenvolvimento em que a criança torna-se capaz de integrar seus impulsos agressivos e eróticos em relação a um único objeto, a mãe. Momento em que é alcançada a ambivalência. Esse desenvolvimento implica no desenvolvimento de um ego que começa a ser independente do ego auxiliar da mãe. Em existir no bebê um lado de dentro e um lado de fora, ou seja um mundo interno e um mundo externo. *"Essa riqueza pessoal desenvolve-se a partir da experiência simultânea do amor-ódio, a qual implica a realização da ambivalência, cujo enriquecimento e aprimoramento leva à emergência do envolvimento."*⁷ A partir daí, o bebê pode estabelecer com a mãe uma relação de preocupação. É o nível de desenvolvimento, segundo ele, em que o indivíduo adquire a capacidade de envolvimento, *"refere-se ao fato do indivíduo preocupar-se ou importar-se, e tanto sentir como aceitar responsabilidades"*⁷, é assim uma capacidade do indivíduo de interessar-se espontaneamente pelo bem estar do outro.

Podemos dizer, então, que na cultura do *concern* há uma genuína preocupação com o bem estar do outro. O envolvimento com o outro é aqui considerado como uma responsabilidade social.

A cultura da vergonha, por outro lado, tem por contexto a fase anterior de desenvolvimento (nos termos winnicottianos, a *ruthlessness* ou impiedade) e funciona com base na obediência estrita às regras de conduta vigiada pelos demais. A não obediência, se percebida, é passível de sanção, o comportamento é, então, ditado pelas normas sociais estabelecidas.

Já a cultura da culpa tem por base o Complexo de Édipo. Há a internalização das normas sociais, com a constituição do superego. O sujeito passa a agir com o intuito de reparar, de consertar o estrago feito. Está implícita a crença, "Sou mal, por isso devo ser bom". Nesta, o agente repressor

não é mais uma instância social, mas as normas sociais internalizadas. Este conceito de Freud e Melanie Klein traz implícita a constatação pelo sujeito de um mal existente em seu interior.

Se pensarmos nas atitudes para com as pessoas com deficiência, podemos identificar, através da história, esses três tipos de cultura.

A cultura da vergonha pode ser facilmente identificada na Antigüidade, quando pessoas com deficiência eram, dizendo eufemisticamente, expostas, ou seja, deixadas para morrer, ou simplesmente eliminadas⁸. A imperfeição física, naquela época, representava um castigo ou maldição, e se constituía como uma vergonha social. Ter um filho com deformidades físicas ou alguma incapacidade mental era praticar um ato anti-social, pois ele representava um mal social que devia ser eliminado. Não havia naquela época qualquer preocupação com educação ou reabilitação das pessoas com deficiência.

Outro momento das atitudes em relação aos sujeitos desviantes foi o assistencialismo⁹, em que as pessoas com deficiência eram colocadas em asilos para serem cuidadas. Aqui podemos ver um início da cultura da culpa que se mescla com a cultura da vergonha. O objetivo tanto podia ser o de esconder a pessoa com deficiência como o de cuidar dela.

Nos séculos XIX e XX, ocorreu uma grande modificação, com o surgimento das concepções científicas na compreensão e atendimento daqueles que, por alguma razão, apresentassem algum tipo de deficiência⁸. Foi o início da preocupação em explicar cientificamente as causas da deficiência e em buscar estratégias que viessem de algum modo saná-las. Podemos dizer que aí se instala a cultura da culpa. Não são mais as normas e obrigações sociais que ditam o comportamento, mas um outro internalizado, o superego. É ele quem dirige as ações no sentido de atender aqueles que foram prejudicados, seja qual for o motivo de sua condição. Surgem as escolas especiais, na tentativa de educação das crianças com deficiência.

Um grande desenvolvimento ocorreu no atendimento às pessoas com deficiência,

principalmente na segunda metade do século XX. As mudanças sociais decorrentes do crescimento e desenvolvimento das ciências, principalmente das ciências humanas, trouxeram uma nova concepção sobre o ser humano, sobretudo aqueles que apresentavam alguma limitação significativa. Do ponto de vista educacional, um fato importante a ser assinalado é a filosofia da normalização, introduzida por Nirje¹⁰, da Dinamarca, que tinha por princípio norteador a idéia de que as pessoas com deficiência tinham o direito de vivenciar um estilo ou padrão de vida que seria comum ou normal em sua cultura. Este princípio rapidamente se difundiu trazendo grande impacto à educação especial. Nos EUA, surgiu o "*mainstreaming*", medida política que assegurava a educação pública apropriada a todas as crianças com necessidades especiais. Surgiu, assim, a proposta de educação integrada aos alunos com deficiência.

Um aspecto importante a salientar é que foi compreendido que o objetivo fundamental desta filosofia era "tornar o deficiente o mais semelhante possível ao *normal*". Naquele momento o conceito de deficiência estava atrelado ao "modelo médico", baseado em um conceito de normalidade e em um padrão de funcionamento desejável para todos. Toda uma estratégia de educação e tratamento para com as pessoas com deficiência foi desenvolvida dentro desta filosofia. Foi o momento em que surgiram várias técnicas de treinamento para o atendimento de pessoas com deficiência mental, visual, física, auditiva e outras. Pode-se dizer que durante esse período esteve sempre nodal a idéia de reparação, a idéia básica de consertar aquilo que de alguma forma fora estragado. Portanto, a cultura da culpa.

No centro dessa verdadeira revolução conceitual e suas decorrências práticas, começam a surgir alguns questionamentos:

- Queremos tornar o indivíduo com deficiência o mais parecido possível com aquele que não a possui não significa não aceitá-lo como ele é?;
- Treiná-lo não significa que não acredito em sua capacidade de aprendizagem?;

- Modificá-lo não significa que, como ele é, eu o considero inferior e incapaz de viver em sociedade?;
- Como, então, educar ou reabilitar as pessoas com deficiência? Quais estratégias devem ser seguidas para que elas possam desenvolver-se plenamente? Enfim, como tratar a pessoa com deficiência que, embora diferente, tem os mesmos direitos que os indivíduos não deficientes?

Tais questionamentos ensejam uma mudança fundamental, possibilitando o surgimento do que aqui chamamos de cultura do *concern* em relação às pessoas com deficiência.

Surgem a preocupação, o envolvimento e o desejo de que possam desenvolver-se de acordo com suas peculiaridades, em um ambiente suficientemente bom, capaz de lhes proporcionar as condições necessárias para que possam desenvolver-se espontaneamente, ou seja, de acordo com aquilo que nasceram para ser.

Pode-se dizer que este seja o chamado "novo paradigma da educação", identificado como novo porque não é sustentado pela cultura da culpa, tampouco pela da vergonha, mas sim pela cultura do *concern*.

Há de se considerar o fato de que, embora possam ser consideradas como a expressão de uma filosofia predominante numa dada época, essas diferentes culturas podem ser encontradas até hoje, subsistindo concomitantemente em todas as épocas. Encontram-se ainda hoje aqueles que, em suas relações com as pessoas com deficiência, ainda estão centrados na cultura da vergonha, outros na cultura da culpa e aqueles que já se inseriram na cultura do *concern*. Deve-se lembrar que a história não é linear, mas dinâmica, e que cada momento germinou de um anterior e é suporte para as mudanças posteriores. A sabedoria supõe a compreensão do momento atual gerado de um anterior, incorporando nas mudanças todas as vantagens conseguidas.

POSSIBILIDADES ATUAIS

No que respeita ao presente momento, os esforços devem ser concentrados na tentativa de

compreensão dos elementos que se julgam essenciais para que possa haver uma verdadeira inclusão escolar. O grande dilema parece referir-se à eficácia e à propriedade de decisões unilaterais, seja por parte das instâncias públicas responsáveis ou de movimentos civis. Questionam-se as portarias, os decretos, as leis, os movimentos civis pela extinção da Educação Especial, comumente acusada de segregacionista, assim como os cartazes do tipo "Esta é uma escola inclusiva". Como se vê, o processo de inclusão é um tema amplo demais para ser compreendido por meio de providências isoladas. Por envolver mudanças culturais, da vergonha para a *culpa* e desta para o *concern*, requer mais do que simples esforços educacionais. Requer, acima de tudo, esforços conjuntos, respaldo institucional e participação da sociedade civil.

Entende-se que cabe à Escola atentar para os seguintes pontos, para que possa cumprir satisfatoriamente a responsabilidade que lhe foi entregue:

- 1) Inicialmente, como vimos no próprio significado da palavra inclusão, é preciso que haja uma verdadeira compreensão do aluno com deficiência. A comunidade escolar precisa saber o que significa ter uma deficiência mental, visual, auditiva, ou qualquer outra lesão física ou funcional. Quais as limitações, as incapacidades, as desvantagens e, também, as possibilidades e capacidades dos alunos com essa condição. O entendimento das reais implicações das deficiências poderá propiciar atitudes favoráveis para com os indivíduos nessas condições. As atitudes são frequentemente movidas por preconceitos, ou seja, conceitos formados sem um conhecimento verdadeiro da situação, e a clareza na compreensão do que aquele aluno pode ou não fazer é fundamental;
- 2) Mudança de foco no processo educacional do ensino para a aprendizagem. A preocupação da escola não deve ser com o que o professor ensina, mas no como ele ensina e no quanto a criança ou jovem aprende. É preciso avaliar se o professor está conseguindo propor

estratégias que vão se constituir em condições favorecedoras à aprendizagem do aluno;

- 3) Apoio constante à comunidade escolar, ao corpo administrativo, ao corpo docente, aos funcionários e aos alunos e suas famílias, por pessoal especializado no ensino de crianças com diferentes deficiências e dificuldades de aprendizagem. É, sem dúvida, fundamental a discussão e o esclarecimento de situações peculiares que podem ocorrer com esses alunos. Desde aquelas aparentemente simples até aquelas que exigem profundo conhecimento especializado. Por exemplo, pode ser necessária orientação à professora comum sobre a colocação em sala de aula do aluno com baixa visão, ou se deve ou não carregar a máquina Braille do aluno cego, ou se deve ou não amarrar o sapato da Maria, que tem uma deficiência mental, ou ainda informações sobre como se comunicar com um aluno surdo. Enfim, como a professora deve agir e desenvolver procedimentos em sala de aula que possam vir beneficiar essas crianças, e fazer com que elas possam aprender com sucesso;
- 4) Além das técnicas e conceitos, é necessário que se ofereça também, ao pessoal da escola, condições fundamentais para que possam, dentro das possibilidades, mudarem suas atitudes em relação aos alunos com deficiência e possam vir a ajudar todo corpo discente da escola a aceitar a diversidade que compõe uma comunidade verdadeiramente integrada.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Alcançar a experiência de viver em uma sociedade que tenha desenvolvido uma verdadeira Cultura do *Concern* parece ser um desejo almejado por todos.

O dilema é: como atingir tal desenvolvimento social? Como conseguir que essa proposta seja alcançada? Talvez as mudanças sociais que têm surgido como consequência dos movimentos das minorias sejam a origem e o germe a partir do qual ocorrerá o crescimento e amadurecimento social. Assim como o ser humano necessita de um tempo e de um ambiente que facilite seu processo de amadurecimento que o conduzirá ao *concern* e à responsabilidade para com o outro, a sociedade também precisa de um tempo para modificar seus princípios e valores e de movimentos que favoreçam o desenvolvimento social.

Nesse processo a escola tem um papel fundamental, ela é a transmissora e transformadora dos valores sociais. Quando a escola tornar-se verdadeiramente Inclusiva/Integrada, aquela que inclui e, portanto, compreende ou busca compreender todos os seus alunos, assegurando a todos a oportunidade de se sentirem parte integrante e constituinte da mesma, pode-se vislumbrar uma Cultura do *Concern* aquela em que haverá uma genuína preocupação com o outro e um desejo de que ele possa se constituir e se desenvolver plenamente, sendo aquilo que ele é no mais profundo de seu ser.

Esse processo não é simples, como se vê a inclusão depende de uma cultura do *concern* e essa depende de uma Escola Inclusiva. Essa meta só será alcançada quando todos acreditarem realmente nesses novos valores. A diferença, portanto, está nas mãos daqueles que, adiante do seu tempo, ajudam a mover a roda do tempo e a promover as mudanças sociais. O desenvolvimento desse processo permitirá que se possa experimentar, então, o verdadeiro sentido do termo democracia como proposto por Winnicott¹¹.

SUMMARY

Demystifying inclusion

After reflections about the inclusion – which must be not considered as an exclusive disability people policy, or an educational area restricted question – this so called “new educational paradigm” was discussed and compared to the traditional disability students integration policy. The discussion generated a larger social context analysis. Considering the Guilt Culture and the Shame Culture proposed by Ruth Benedict and the Concern Culture, addicted by Davi Bogomoletz, the inclusion concept was analyzed, its historical trends were pointed out, as well its prospective.

KEY WORDS: Education, special. Deficiency. Psychoanalysis.

REFERÊNCIAS

1. Fuchs D, Fuchs LS. Inclusive schools movement and radicalization of special education reform. *Excepcional Children* 1994;60:294-308.
2. Winnicott DW. Consultas terapêuticas em psiquiatria infantil. Tradução: Cunha JMX. Rio de Janeiro:Imago;1984.
3. Winnicott DW. O conceito de indivíduo saudável. In: Winnicott DW. Tudo começa em casa. Tradução: Sandler P. São Paulo: Martins Fontes;1996.
4. Declaração de Salamanca. Sobre necessidades educativas especiais. Brasília: MEC;1994.
5. Holanda AB. O novo dicionário da Língua Portuguesa. 3ª ed. Rio de Janeiro:Nova Fronteira;1999.
6. Bogomoletz DL. De Buber a Winnicott: um visão benigna da sociedade ou para compreender a nova era. In: Catafesta IFM. Um dia na Universidade dialogando com Winnicott, Lacan e Klein sobre a criança e o adolescente. São Bernardo do Campo: UMESP – Curso de Pós-graduação em Psicologia da Saúde;1999.
7. Winnicott DW. O desenvolvimento da capacidade de envolvimento. In: Winnicott DW. Privação e delinquência. Tradução: Cabral A. São Paulo:Martins Fontes;1995.
8. Amiralian MLTM. Psicologia do excepcional. 1ª ed. São Paulo:EPU;1986.
9. Mazzotta MJS. Trabalho docente e formação de professor de educação especial. São Paulo:EPU;1993.
10. Nirje B. The normalization principle and its management implications. In: Kugel R, Wolfensberger W, editors. Changing patterns in residential services for mentally retarded. Washington, DC: Government Printing Office;1968.
11. Winnicott DW. Algumas reflexões sobre o significado da palavra “democracia”. In: Winnicott DW. Tudo começa em casa. Tradução: Sandler P. São Paulo:Martins Fontes;1996.